



174
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0225181-0
APELANTE: Newton Fernando Nery dos Santos
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. TRANSFORMAÇÃO EM PARCELA AUTÔNOMA DE VANTAGEM PESSOAL. LCE Nº 13/1995. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO À INALTERABILIDADE DE REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. APELO IMPROVIDO. 1. Busca o autor, ora apelante, ter restabelecido o pagamento do adicional de estabilidade financeira nos moldes da sistemática anterior à LCE nº 13/1995, argumentando que possui direito adquirido à forma de cálculo da parcela remuneratória vinculada à gratificação de representação que originou a incorporação. 2. A esse respeito, é pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos. 3. Assim, é de se concluir pela legitimidade e perfeita aplicabilidade da novel sistemática instituída pela LCE nº 13/1995, que transformou as estabilidades financeiras em parcela autônoma, sem redução dos respectivos valores nominais. 4. Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0225181-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de março de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0225181-0
APELANTE: Newton Fernando Nery dos Santos
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença (fls. 74/75) que julgou **improcedente** a ação ordinária proposta por Newton Fernando Nery dos Santos, servidor público estadual, contra o Estado de Pernambuco, objetivando a percepção de adicional de estabilidade financeira, nos moldes anteriores à edição da Lei Complementar nº 13/1995, que o transformou em "*Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal*".

A sentença julgou improcedente o pedido, sob o fundamento de que o Supremo Tribunal Federal não reconhece direito adquirido à correção do adicional de estabilidade financeira, com base em novo cargo ou função após atingida a estabilidade.

O autor interpôs embargos de declaração (fls. 78/114), os quais foram rejeitados às fls. 116/117.

Nas razões da apelação (às fls. 119/151), alega o autor, ora apelante, que incorporou ao seu patrimônio jurídico-financeiro um adicional de estabilidade financeira, posteriormente transformado em "*Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal*" pela Lei Complementar nº 13/1995.

Afirma que tal transformação tem causado prejuízos financeiros a ele, eis que os reajustes concedidos à gratificação de representação anteriormente incorporada não repercutem na parcela autônoma por ele percebida.

O Estado ofereceu contra-razões, às fls. 155/157, alegando, em síntese, que servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico e que o Supremo Tribunal Federal entende que nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade há na lei que passa a reajustar as parcelas incorporadas, conforme os reajustes gerais, comuns aos demais servidores estaduais, sem qualquer vinculação aos cargos em comissão e/ou funções gratificadas antes exercidas e/ou a outros posteriormente criados na estrutura hierárquica do Estado.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo improvimento do apelo às fls. 165/167.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 08 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



175
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0225181-0
APELANTE: Newton Fernando Nery dos Santos
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antevisto, busca o autor, ora apelante, modificar a sentença recorrida para que seja restabelecido o pagamento do adicional de estabilidade financeira nos moldes da sistemática anterior à LCE nº 13/1995, argumentando que possui direito adquirido à forma de cálculo da parcela remuneratória vinculada à gratificação de representação que originou a incorporação.

A citada Lei Complementar Estadual nº 13, de 30 de janeiro de 1995, dispõe, em seu art. 6º, o seguinte:

“Art. 6º O adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e inativos constitui-se em parcela autônoma incorporada à remuneração do servidor, devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994.

§ 1º - É vedada a vinculação do adicional de estabilidade financeira ao símbolo, padrão ou ao valor da gratificação ou incentivo do cargo em comissão ou da função gratificada em que se deu a sua concessão.

§ 2º - Após a transformação do adicional de estabilidade financeira em parcelas autônomas e expressa monetariamente, que não poderá importar em decurso de remuneração, salvo erro de cálculo ou reforma de decisão o valor correspondente à mesma será reajustado de acordo com a política de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais.

§ 3º - O adicional de estabilidade financeira considera-se incorporado aos vencimentos do servidor para efeitos de cálculo exclusivamente de:

- a) adicional de férias; e**
- b) gratificação natalina”**

Tem-se, portanto, que a questão de fundo versa sobre a existência ou não de direito adquirido à disciplina legal anterior à sistemática estabelecida pela LCE nº 13/1995.

A esse respeito, é pacífico e consolidado o entendimento da Corte Excelsa no sentido da **inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória)** por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos.

Trago à colação, nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Suprema:



176
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR INATIVO. GRATIFICAÇÃO. REDUÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. INOCORRÊNCIA. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que inexistente direito adquirido a regime jurídico. O STF tem admitido redução ou mesmo supressão de gratificações ou outras parcelas remuneratórias desde que preservado o montante nominal da soma dessas parcelas, ou seja, da remuneração global. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.” (RE-AgR 445810/PE, DJ 06-11-2006, PP-00046). Grifei.

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES - INATIVOS E PENSIONISTAS - ADICIONAL DE INATIVIDADE - SUPRESSÃO - INALTERABILIDADE DO REGIME JURÍDICO - DIREITO ADQUIRIDO - INEXISTÊNCIA - REMUNERAÇÃO - PRESERVAÇÃO DO MONTANTE GLOBAL - AUSÊNCIA DE OFENSA À IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS - RECURSO IMPROVIDO. - Não há direito adquirido do servidor público à inalterabilidade do regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global do estípendio até então percebido e não provoque, em consequência, decesso de caráter pecuniário. A preservação do quantum global, em tal contexto, descaracteriza a alegação de ofensa à garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos e/ou proventos. Precedentes.” (RE-ED 468076 / RS - RIO GRANDE DO SUL, DJ 31-03-2006 PP-00038). Grifei.

E, na mesma linha, acórdãos lançados em casos oriundos deste Estado de Pernambuco (com foco exatamente na legislação local ora examinada):

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ESTABILIDADE FINANCEIRA. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI QUE DESVINCULA A VANTAGEM DA REMUNERAÇÃO DO CARGO EM QUE SE DEU A INCORPORAÇÃO, PARA SUJEITÁ-LA AOS CRITÉRIOS DAS REVISÕES GERAIS DO FUNCIONALISMO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO.” É legítimo que por lei superveniente, sem ofensa a direito adquirido, o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Ademais, não havendo “decesso de remuneração”, não cabe a invocação da garantia da irredutibilidade de vencimentos. Precedente: RE 233.958, Sepúlveda Pertence, 1ª T, DJ 17.09.99.” (AI 465.090-AgR, Rel. Min. Pertence, DJ de 23.04.04). Outros precedentes: RE 423.886-AgR, Relator Ministro Carlos Velloso; RE 358.788-AgR, Relator Ministro Nelson Jobim; RE 235.299-AgR, Relatora Ministra Ellen Gracie; RE 288.374-AgR, Relator Ministro Cezar Peluso; e RE 384.903-AgR, Relator Ministro Eros Grau. Agravo Regimental desprovido. (RE-AgR 446767/PE – PERNAMBUCO, DJ 03-03-2006, PP-00072).” Grifei.

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. DESVINCULAÇÃO. OFENSA A DIREITO ADQUIRIDO. INOCORRÊNCIA. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente ser reajustada segundo os critérios das





177
3

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. 3. Não há qualquer inconstitucionalidade na redução de parcela remuneratória, pois o que Constituição assegura é a irredutibilidade nominal da remuneração global --- montante constituído pela soma de todas as parcelas, gratificações e outras vantagens percebidas pelo servidor [RE n. 344.450, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 25.2.05; RMS n. 23.170, Relator o Ministro Mauricio Corrêa, DJ de 5.12.03; RE n. 293.606, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ de 14.11.03]. Agravo regimental não provido. (RE-AgR 384903/PE – PERNAMBUCO, DJ 22-04-2005, PP-00014). Grifei.

“SERVIDOR PÚBLICO. “ESTABILIDADE FINANCEIRA”. EQUIPARAÇÃO COM O ATUAL OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO. O servidor beneficiário da chamada “estabilidade financeira” não tem direito adquirido à preservação do regime legal de atrelamento do valor dela ao vencimento do respectivo cargo em comissão, mostrando-se válida a lei que submete os reajustes de remuneração aos critérios das revisões gerais dos vencimentos do funcionalismo. Agravo regimental improvido. (RE-AgR 235299 / PE – PERNAMBUCO, DJ 02-05-2003 PP-00035).


Essa linha de entendimento da Corte Excelsa foi *reafirmada* em sede de feito submetido à sistemática da *repercussão geral* (CPC, art. 453-B):

EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (RE 563965, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 11/02/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-053 DIVULG 19-03-2009 PUBLIC 20-03-2009 EMENT VOL-02353-06 PP-01099 RTJ VOL-00208-03 PP-01254)

Fixada a inexistência de direito adquirido a regime jurídico e à forma de cálculo de vantagem remuneratória por parte dos servidores públicos, é de rigor concluir pela legitimidade e perfeita aplicabilidade da novel sistemática instituída pela LCE nº 13/1995, ao contrário do que sustenta o apelante.

Por todo o exposto, **nego provimento à apelação cível**, em ordem a manter a sentença de improcedência do pedido.

Recife, 27 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator